

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PORTARIA

2 – ATAS

2.1 – 14ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a potência maçônica Grande Oriente de Minas Gerais pelos 80 anos de sua fundação

2.2 – 15ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM – pelos 35 anos de sua fundação

2.3 – Comissões

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Plenário

4.2 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PORTARIA

PORTARIA PRES/PSEC Nº 11/2024

Altera a Portaria da Presidência e da 1ª-Secretaria nº 10, de 31 de março de 2022.

O presidente e o 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições,

RESOLVEM:

Art. 1º – O *caput* do art. 1º da Portaria da Presidência e da 1ª-Secretaria nº 10, de 31 de março de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 1º – (...)

VIII – Ricardo de Paula Tourinho, Matrícula nº 20.344-0.”.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 12 de abril de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário.



ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/4/2024**Presidência do Deputado Duarte Bechir**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Vanderlei Geraldo de Assis – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Duarte Bechir.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a potência maçônica Grande Oriente de Minas Gerais pelos 80 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a compor a Mesa os Exmos. Srs. Vanderlei Geraldo de Assis, grão-mestre do Grande Oriente de Minas; Grégore Moreira de Moura, desembargador-geral e grande secretário de relações exteriores do Grande Oriente de Minas, representando o Tribunal Regional Federal da 6ª Região; Darcimar Antônio da Silva, delegado-geral e secretário-executivo do Conselho Superior da Polícia Civil de Minas Gerais; Jorge Luiz de Paula Ribeiro, grão-mestre estadual do Grande Oriente do Brasil-MG; e Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais.

Registro de Presença

O locutor – Agradecemos a presença das autoridades e membros da Maçonaria e de todos os convidados que acompanham esta reunião presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Registramos e agradecemos também a presença dos membros do Capítulo Inconfidentes da Ordem DeMolay; do grande mestre Saulo Humberto, da Ordem DeMolay de Minas Gerais, muito obrigado pela presença; e do Sr. Anderson Coelho, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia de Minas Gerais – obrigado pela presença.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo institucional sobre o Grande Oriente de Minas Gerais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor – O 2º-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Duarte Bechir, neste ato representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Martins Leite, e autor do requerimento que deu origem a esta reunião especial, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, Vanderlei Geraldo de Assis. A placa contém os seguintes dizeres: “A Maçonaria é uma organização guiada pelo amor, pela caridade e pela busca da verdade. Alicerçado nessas virtudes, o Grande Oriente de Minas Gerais vem, há oito décadas, destacando-se no Brasil e no exterior por sua exemplar atuação na coordenação da atividade maçônica no Estado, no auxílio moral e material aos seus membros e na promoção da defesa da família e do bem-estar entre os homens. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer o inestimável valor do Grande Oriente de Minas Gerais para o Estado e para o País, rende a ele justa homenagem pelos 80 anos de sua fundação.”

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Vanderlei Geraldo de Assis

Exmo. Sr. Deputado Duarte Bechir, 2º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite; Exmo. Sr. Desembargador Federal Grégore Moreira de Moura, grande secretário de relações exteriores do Grande Oriente de Minas Gerais, representando o Tribunal Regional Federal da 6ª Região; Exmo. Sr. Secretário Executivo do Conselho Superior da Polícia Civil de Minas Gerais, delegado-geral Darcimar Antônio da Silva; irmão Jorge Luiz de Paula Ribeiro, grão-mestre estadual do Grande Oriente do Brasil-MG; Sr. Geraldo Eustáquio Coelho, primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais.

Meus queridos irmãos, cunhadas, presidente da Fraternidade Feminina, Elisabeth, sobrinhos, estimadas e estimados funcionários da Assembleia Legislativa, muito obrigado por tudo que vocês fizeram.

É com grande honra que estamos aqui hoje para comemorar os 80 anos de existência do Grande Oriente de Minas Gerais. Em 12/9/1944, em Belo Horizonte, reuniu-se um grupo de maçons para tratar da fundação de uma potência maçônica, sob a denominação de Grande Oriente de Minas Gerais. Exposta à conveniência da fundação, foi aprovada a proposta, por unanimidade, constituindo-se sua primeira diretoria, tendo como grão-mestre o Cel.-PM José Persilva.

Ao longo dos anos, o Grande Oriente de Minas Gerais tem sido um exemplo de fraternidade, solidariedade e progresso. Sob a liderança de vários grão-mestres, temos trabalhado incansavelmente para promover os ideais maçônicos de liberdade, igualdade e fraternidade em nossa querida Minas Gerais. Nessas oito décadas de existência, o Grande Oriente deixou um legado na história do nosso estado. Através de nossas ações filantrópicas, educacionais e sociais, impactamos inúmeras vidas e contribuimos para o desenvolvimento da sociedade mineira.

Neste momento de celebração, é importante lembrar não apenas as conquistas passadas, mas também olhar para o futuro com esperança e determinação. Que os próximos anos sejam marcados por mais realizações e que continuemos trilhando juntos o caminho da verdade, da justiça e da solidariedade, honrando aqueles que nos precederam, inspirando as gerações futuras. Que o Grande Oriente de Minas Gerais siga sendo um exemplo de retidão e ética, guiando os passos de seus membros rumo a um mundo melhor e mais justo para todos.

Além disso, é importante ressaltar que o Grande Oriente de Minas Gerais tem mantido uma relação de harmonia e cooperação com as potências coirmãs do Estado, a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e o GOBMinas federado ao Grande Oriente do Brasil. Ao longo dos anos, caminhamos lado a lado em busca dos mesmos objetivos de promover a fraternidade, a ética e a

construção de um mundo mais justo e sólido. A parceria e a colaboração entre o Grande Oriente, a Grande Loja Maçônica e o GOBMinas fortalecem os laços maçônicos em Minas Gerais, permitindo que juntos possamos realizar ações e projetos que beneficiem a todos. Que essa união e cooperação entre as potências maçônicas do Estado continuem a ser um exemplo de diálogo, respeito mútuo e fraternidade.

Agradeço a todos vocês por fazerem parte dessa jornada e por acreditarem nos princípios que nos unem. Que venham muitos mais anos de harmonia, prosperidade e fraternidade.

Estamos aqui hoje para comemorar não apenas os 80 anos do Grande Oriente, mas também para refletir sobre a rica herança de liberdade e progresso que caracteriza o nosso amado estado. Minas Gerais, tem como lema a liberdade, valor esse que está profundamente enraizado em nossa história e no espírito de seu povo. Desde os tempos da Conjuração Mineira, liderada por figuras como Tiradentes, que bravamente lutaram por independência e justiça, Minas Gerais tem sido um símbolo de resistência e liberdade. Personalidades como Juscelino Kubitschek, o presidente visionário que promoveu o desenvolvimento do País, e tantos outros filhos ilustres de nossa terra. Que o legado de liberdade e de luta pela justiça, que tem caracterizado Minas Gerais ao longo dos séculos, continue a iluminar nossos caminhos e a guiar nossas ações, não apenas como maçons mas como cidadãos comprometidos com o bem-estar de todos.

Hoje, honramos o passado ao abrir caminhos para o futuro com um marcante paralelo histórico: a posse do futuro grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais no dia 24 de junho, assim como foi, em 1944, um novo coronel e comandante-geral da nossa gloriosa Polícia Militar, irmão Rodrigo Piassi do Nascimento. Esse acontecimento não é apenas um feliz acontecimento, mas um sinal de renovação dos laços que unem o Grande Oriente de Minas Gerais à sua rica tradição e ao seu compromisso inabalável com os ideais maçônicos.

Que a eterna chama de liberdade, de igualdade e de fraternidade continue a iluminar nosso caminho, e que, sob a proteção do Grande Arquiteto do Universo, possamos continuar a honrar o legado dos que vieram antes de nós construindo um mundo melhor para as futuras gerações.

Parabéns, Grande Oriente de Minas Gerais! Obrigado, meus irmãos!

O locutor – Com a palavra, o deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o deputado Tadeu Martins Leite, presidente desta Casa.

Palavras do Presidente

Queridos e poderosos irmãos, saudando as autoridades maçônicas da Grande Loja e do Grande Oriente aqui já relacionadas, as demais autoridades que compõem a Mesa, as cunhadas e os sobrinhos presentes, a todos o nosso boa-noite. Acho que esta é uma noite memorável para a Maçonaria brasileira e, especialmente para a Maçonaria mineira, quando estamos aqui, na Casa do povo, para homenagear os 80 anos do Grande Oriente de Minas Gerais. É histórico, é importante e que nós possamos refletir no dia de hoje e nos demais dias vindouros. Considero-me muito feliz por presidir esta Casa hoje. Sou o 2º-vice-presidente, mas presidirei esta reunião tão importante. Sejam todos bem-vindos! O meu cordial boa-noite a todos!

Senhoras e senhores, é com profunda honra que nos reunimos neste Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para celebrar o marco histórico de grande significado para a Maçonaria em nosso estado: os 80 anos da fundação do Grande Oriente de Minas Gerais. Para mim, particularmente, constitui elevado privilégio ser o primeiro signatário do requerimento que enseja a realização desta solenidade.

A data que hoje celebramos, queridos irmãos, com redobrado orgulho, encontra seu referencial no palco histórico do conflagrado ano de 1944. Em meio a um mundo imerso em conflitos e incertezas, um grupo de maçons visionários e comprometidos se uniu em torno de um ideal comum: a criação de uma obediência maçônica que promovesse os valores de liberdade, igualdade e

fraternidade, tão essenciais para a construção de uma sociedade justa e harmoniosa. Nasceu assim o Grande Oriente de Minas Gerais sob a liderança do Cel. José Persilva e com o apoio de lojas como Deus, Humanidade e Luz, 12 de Setembro, 21 de Fevereiro, Major João Pereira, Hirã e Caridade e Justiça.

Desde, então, essa instituição tem sido uma referência de excelência e compromisso com os ideais maçônicos em nosso estado. Ao longo de sua história, o Grande Oriente de Minas Gerais tem desempenhado um papel fundamental na promoção da fraternidade entre os maçons e na defesa dos direitos individuais e coletivos. Suas atividades têm sido pautadas pelo respeito à verdade, pela prática da moral e das virtudes.

Nessa seara, senhoras e senhores, o Grande Oriente de Minas Gerais tem sido um luzeiro de sabedoria e progresso, promovendo a educação maçônica, realizando encontros e simpósios para orientação e treinamento, e celebrando datas significativas que nos lembram de nossas responsabilidades para com a humanidade e a sociedade. Cumpre destacar aqui, de igual modo, o papel do Grande Oriente de Minas Gerais na integração com outras instituições maçônicas, tanto nacional como internacionalmente. A celebração de tratados de amizade e reconhecimento mútuo demonstra o compromisso desta obediência com a busca da unidade e da colaboração entre os maçons de todo o mundo.

Não sem razão, ao compulsar os registros históricos, verifica-se que, em vários momentos de nossa história, a Maçonaria figurou como partícipe e protagonista ativo da formação de nossa nação. Nessa jornada, sempre buscou a inspiração nos ideais de liberdade, palavra cuja inscrição tremula na bandeira de Minas, elevada à condição de símbolo vivo a ser permanentemente evocado e a instruir-nos na vigilante reflexão de políticos e cidadãos.

Com efeito, a octogenária história do Grande Oriente de Minas Gerais reflete a busca da liberdade individual, da igualdade dos direitos e obrigações de cada um e da fraternidade entre todos os seres humanos.

Por isso mesmo, toda homenagem à Maçonaria, como a que fazemos hoje, nesta Casa, ao festejar os 80 anos do Grande Oriente de Minas Gerais, torna-se a celebração da fraternidade e da justas causas. Em todos os quadrantes do globo terrestre, representando todas as classes sociais e todas as religiões, os maçons erguem colunas de sustentação para uma humanidade mais igualitária e democrática. Inspirados nos antigos construtores de templos, perfilam no elevado propósito de construir uma associação internacional de homens dedicados à paz e à afeição fraterna. Assim, mais do que nunca, cabe enaltecer a presença da Ordem Maçônica nos mais diversos setores da nossa sociedade. Como instituição igualitária, acolhe cidadãos de todos os matizes políticos, credo, raça e de todo e qualquer ramo da vida produtiva, trabalhadores, empresários e profissionais liberais.

A ativa a presença dos irmãos, senhoras e senhores, faz com que, em toda localidade onde se instala uma loja maçônica, seja percebida a atuação na vida da comunidade, através de creches, asilos, hospitais, escolas, dentre outras atividades benfeitoras. Na realidade, praticamente todas as áreas e segmentos sociais vêm sendo beneficiados pela ação dos membros da Maçonaria. As famílias carentes, em especial, têm sido destinatárias da sua filantropia, seguindo os princípios da solidariedade e da justiça, meta de todo maçom para a construção de uma sociedade melhor. Nesse desafio constante de corresponder a essa convocação, os maçons são instrumentos de mudança de todas as imperfeições que marcam a humanidade, sendo a Maçonaria, por seu turno, uma escola de sabedoria a ensinar que o ideal está acima do homem e a humanidade acima do indivíduo.

A essa necessidade, a ação empreendida ao longo dessas décadas pelo Grande Oriente de Minas Gerais é resposta efetiva e eficaz, pois está sempre a contribuir para amalgamar a compreensão de que ser maçom é viver na luz, é conhecer e defender a verdade, é respeitar as diferenças, é conhecer e praticar os princípios da moral e da razão, é estar em constante defesa da família, da Pátria e da humanidade, combatendo os vícios e tendo atitudes que valorizem as virtudes e para o elevo da glória do Grande Arquiteto do Universo.

A homenagem, pois, que hoje se presta pelo transcurso dos 80 anos de fundação do Grande Oriente de Minas Gerais, reveste-se, acima de tudo, de um preito de reconhecimento ao acalentado sentimento de solidariedade e ao incansável labor em favor da tolerância e da equidade, pelo combate ao fanatismo e ao obscurantismo.

Neste momento, senhoras e senhores, de celebração e reflexão, renovamos nosso compromisso com os valores maçônicos e com a missão do Grande Oriente de Minas Gerais. Que possamos continuar trilhando juntos o caminho da luz, da verdade e da fraternidade, inspirando-nos no exemplo daqueles que nos precederam em direção a um futuro de paz, prosperidade e harmonia. Que a nossa senda ilumine-se sempre pela luz flamejante, mantendo acesa a convicção de que o equilíbrio, a moderação e o bom senso da Maçonaria são absolutamente necessários para iluminar o mundo, a humanidade e os caminhos da nossa pátria.

O nosso boa-noite, e o meu muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 19, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/4/2024

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Presidenta – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Braulino Caetano dos Santos – Palavras da Presidenta – Apresentação Artística – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas:

Leninha – Andréia de Jesus.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– A presidenta, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM – pelos 35 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Braulino Caetano dos Santos, diretor-geral do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; as Exmas. Sras. Thamiris Daniel dos Santos, superintendente regional substituta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Minas Gerais; Neila Maria Batista Afonso, superintendente regional de Minas Gerais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; Maria Alice Faria, delegada-geral, representando a Polícia Civil do Estado; e Simone de Faria Narciso Shiki, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e

Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG; os Exmos. Srs. João Silveira D'Angelis Filho, gerente da Petrobras Biocombustível de Montes Claros; e Luiz Eduardo Marques Dumont, superintendente regional de Minas Gerais da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos as seguintes presenças: Exmo. Sr. ex-deputado federal e estadual Nilmário Miranda; Adailton Lopes Viana, presidente da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos, de Januária; Darklane Rodrigues Dias, subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte; Edilene Amaro Batista, presidente da Associação Quilombola e Veredeira do Japão, do Município de Bonito de Minas; Fernando Cassimiro Tinoco França, da Emater-MG; Lucas Martins Ferreira, da Fetaemg, representando o presidente Vilson Luiz da Silva.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Vamos assistir agora a um vídeo sobre a atuação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras da Presidenta

Bom dia a todos que estão presentes aqui, nesta manhã. Um bom-dia também para aqueles que nos acompanham de forma remota, pelos canais do Youtube e pela TV Assembleia.

Eu queria cumprimentar, nesta manhã, a superintendente substituta do MDA, Thamiris, que está na Mesa conosco; Neila, nossa companheira, que responde pela superintendência-geral do Incra em Minas Gerais; Maria Alice, delegada-geral de Minas Gerais, que está representando a Polícia Civil. É uma delegada, e é importante ressaltar isso sempre. Saúdo também a Simone, nossa guerreira, que é presidenta do Consea-MG; João Silveira D'Angelis, que está gerenciando a unidade da Petrobras Biocombustível; meu amigo Dumont, da Conab; deputada Andréia de Jesus, que compõe o Parlamento comigo. De forma muito especial, eu queria saudar também o Sr. Dualino, que está na Mesa. A presença do Sr. Dualino na Mesa, para nós, é a representação de vários rostos que aqui estão nesta manhã, de pessoas que passaram pela história do CAA, de pessoas que construíram o CAA desde a primeira assembleia de fundação, de pessoas que diretamente foram colaboradores, mas também daqueles que diretamente participam das grandes redes nacionais, seja para a segurança alimentar, agroecologia, seja pelo trabalho de combate à violência contra nós, mulheres, seja pelas instituições da igreja, da grande rede de tecnologias alternativas como a gente sempre falou. Da mesma forma, a presença do Nilmário Miranda, que é um defensor dos direitos humanos. É também o que o CAA tem na sua pauta principal: defender os mais pobres, defender os empobrecidos pelo sistema, defender os direitos dos povos e comunidades tradicionais na busca do projeto do bem viver. E por isso eu saúdo, de modo muito especial, a Verônica, que está aqui hoje representando nossa deputada federal Célia Xakriabá, que também é uma guerreira que saiu do Norte de Minas para ocupar o Congresso Nacional com as pautas não só dos povos indígenas mas também da defesa dos nossos biomas e do direito à vida de todos aqueles e aquelas que fazem deste Brasil, que é tão desigual, um país que pode ser para todos e todas.

Olhando os rostos aqui, vejo a história de cada um e de cada uma. Todo mundo sabe do que eu estou falando. As pessoas que aqui estão sabem o grau de contribuição que deram para esta instituição, não só para o CAA mas também para todas as entidades que compõem essa rede de agroecologia no Brasil, assim como da articulação nacional da agroecologia. Cumprimento também o Samuel, do MST, porque é isso que a gente quer construir, ou seja, essa grande rede. Inclusive temos aqui uma grande parte do pessoal de Contagem que trabalha com essa pauta aqui conosco. Estar com vocês aqui significa que a gente carrega a esperança e a certeza de que o que a gente faz no dia a dia, o que a gente faz aqui, no Parlamento, é um projeto viável de desenvolvimento para o País, um projeto que inclua todos e todas, um mundo em que caiba todo mundo e um mundo em que a gente possa, cada dia mais, publicamente, reconhecer cada um e cada uma em seu lugar, fazendo o que está fazendo para o bem comum, para o bem de todos.

Então, eu gostaria de saudar todos aqui. Sou egressa do CAA. Contribuí por mais de 20 anos com esta instituição. Então, sei muito bem do que estou falando, das pessoas que por lá passaram e continuam passando, do compromisso dessas pessoas. O CAA é como uma casa, é como um lar, é uma edificação de afetos, construções que me formaram enquanto mulher, bióloga, defensora intransigente da vida, da nossa maior riqueza, que é a natureza, de modo muito especial o nosso cerrado e a nossa caatinga, do nosso povo dos Gerais e, cada vez mais, de todos e todas.

Estamos celebrando 35 anos da instituição que eleva a defesa de nossa sociobiodiversidade, dos povos e comunidades reunidos entre caatinga, gerais, vazantes, indígenas, quilombolas, apanhadores de flores sempre-vivas, pescadores, todos aqueles que estão na condição de defesa da nossa agrobiodiversidade e do nosso patrimônio. “Quase todo mundo tinha medo do sertão; sem saberem nem o que o sertão é.” O que seria o sertão senão o próprio movimento da vida em sua complexidade? Sim, somos, senhores e senhoras, como discípulos de Manuelzão e Miguilim. Somos roseanos em essência e peleja.

Quando se atravessa a soleira da porta do CAA, somos sertão adentro e afora. Somos meninas, Miguilins, que, aos poucos, vamos tomando golinhos de velhice; e, no correr da vida, que vai misturando tudo e todos, vamos nos tornando Manuelzão, o vaqueiro do tempo e do espaço, fervorosos, forjados no dia a dia, luta a luta, incorporando gentes, saberes, projetos, enchendo embornais de histórias. Nada foi fácil, mas tudo é grandioso nesses 35 anos.

O CAA é uma referência regional, estadual, nacional e internacional na defesa do nosso cerrado, dos seus povos e dos demais biomas que compõem o nosso mosaico biológico. Firmou-se também como uma referência de proteção e defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, mas é, sobretudo, uma alternativa consistente, eficiente, de novos métodos e práticas de produção, respeitando o meio ambiente e a condição humana, reconhecendo sua intrínseca relação. Nós somos autores de um projeto de lei nesta Casa desde a legislatura passada, chamado Direitos à natureza, entendendo que a natureza é um sujeito de direitos, por isso nós devemos proteger, preservar e lutar por ela.

Na pessoa do seu fundador, o Sr. Braulino, doutor honoris causa pela Universidade Estadual de Montes Claros, meu mestre, meu amigo, meu conselheiro, o geraizeiro que me deu a régua e o compasso, mas que me ensinou a amar o chão do mundo, o nosso chão e o nosso sertão, eu saúdo a todos e todas que constroem essa instituição que reúne inovação e tradição, que é pautada no modelo de desenvolvimento sustentável que eu compartilho, em que acredito e pelo qual luto. Nesta Casa, além de mim, há vários outros parlamentares que também acreditam nessa pauta e nessa luta.

Estou vendo que a Malba chegou no final, mas aqui também eu poderia nominar todas e todos aqueles que são importantes não só para a nossa trajetória até aqui, mas também cada um, com a sua sabedoria e o seu conhecimento, sabe que a gente traz para cá tudo aquilo que foi acumulado ao longo desses 35 anos. E a gente traz para cá também a sabedoria dos ancestrais, de todos aqueles povos os quais nós já visitamos, com os quais convivemos e continuaremos a conviver. Que essa celebração dos 35 anos seja um marco para seguirmos firmes nessa trajetória, que é nossa, que é de todos nós, pessoas que acreditam que um outro mundo é possível, uma outra economia e uma outra relação com a natureza são possíveis.

Uma boa homenagem a todos nós e um bom-dia a todos e todas.

Entrega de Placa

O locutor – A deputada Leninha, neste ato representando o deputado Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fará agora a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Braulino Caetano dos Santos, diretor-geral do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. A placa contém os seguintes dizeres: “Em 1989, um grupo de agricultores familiares que defende a sustentabilidade, a agroecologia e os direitos dos povos tradicionais fundou o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Há mais de três décadas, a organização tem atuado de maneira inquestionável no fortalecimento das comunidades rurais e na preservação dos recursos naturais por meio do aprimoramento das práticas agroextrativistas, da formação sociotécnica e das parcerias com instituições locais e acadêmicas, consolidando-se como uma entidade de excelência no Brasil. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas para o Estado e para o País, rende a ele justa homenagem pelos 35 anos de sua fundação.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Braulino Caetano dos Santos

Bom dia, companheiros e companheiras. Em primeiro lugar, em nome dos oito povos do Norte de Minas, cumprimento todos os companheiros que estão aqui. Eu não vou falar em autoridade, porque todos aqui são autoridades, são pessoas que, pelo menos em cada ponto onde estão, são autoridades.

Hoje eu estou muito feliz de a gente estar aqui recebendo esta homenagem do Centro de Agricultura Alternativa – CAA –, porque é uma entidade que, graças a Deus, tem feito um trabalho para o pessoal menos favorecido que nós temos no Brasil. Nós sabemos que, descendo nesse grotão, no Norte mineiro aí, tem muito sofrimento. Muito sofrimento mesmo! E o CAA veio para fazer um trabalho, começou ocupando o Norte de Minas; do Norte de Minas atravessou para o federal e hoje está em 11 estados trabalhando com um projeto do Banco Mundial, trabalhando justamente com o pessoal menos favorecido.

Vocês podem ver que nós temos a honra desses oito povos pelo menos conseguirem duas deputadas, pois na história foi muito difícil chegar no lugar onde nós estamos. A gente hoje sabe que temos a Leninha, que está fazendo esta homenagem para o CAA, é uma filha do CAA. Considero muito, pois ela entrou no CAA justamente como uma menina que nós tratávamos como jornalista, aquela que juntava o lixo para guardar. E hoje está nesta legislatura por causa do povo do Norte de Minas, um povo muito especial.

A gente tem muito orgulho de estar aqui representando essa companheirada do Norte de Minas. Eu não vou dizer mulher, eu não vou dizer jovem, eu não vou dizer idosos, porque nós estamos no CAA, que nunca fez exceção de pessoas e trabalha com família. Então na verdade eu não considero muito que tem que dividir, porque, para a família ser boa, ela tem que estar unida. E na verdade, se você fizer a divisão, dá tudo errado. Vocês vejam o Brasil e o mundo que estão se dividindo, e o que nós estamos sentindo agora.

Eu quero dizer para a companheirada, eu não vou falar muito, porque eu não sei falar muito, na verdade eu sei falar como um caboclo. Esqueci de falar para vocês que eu sou um cara leigo, nunca entrei numa faculdade nem sentei numa cadeira de escola para aprender. Eu fui um jovem que cresci sem pai; meu pai morreu quando eu tinha 4 anos de idade. Eu precisei trabalhar em fazenda. Trabalho escravo pelo menos eu não fiz. Mas eu não abaixei a minha cabeça. Viajei pelo Brasil todo por causa da luta desse povo. Internacionalmente, eu conheço dez países. Conheço não, já passei, em razão da luta pelo nosso povo. Na verdade, se vocês não estudaram, companheirada, não abaixem a cabeça, porque se abaixarem a cabeça, haverá muita gente como nós. Na verdade, por causa desses caboclos que tiveram a coragem de levantar a cabeça, hoje, o CAA é uma entidade respeitada. Nós não temos inimigos, não temos adversários políticos. Para mim, uma coisa é ter inimigo... O nosso povo, por exemplo, não tem adversário político, mas, em relação a todo problema, luta por uma causa.

Eu quero agradecer-lhe. Estou muito alegre de estar aqui podendo receber essa homenagem a esse povo do Norte de Minas. Então, companheirada, eu e o Dr. Oscar estamos aqui hoje... Foi muito engraçado, pois, hoje, vários dinossauros se juntaram aqui. Foi naquele momento que foi possível assentar para poder discutir essa entidade que veio para ficar. Através dela, já nasceu uma variedade. Há a Cooperativa Grande do Sertão, que hoje é respeitada no Norte de Minas, trabalhando com a defesa do nosso Cerrado.

Naquele tempo, quando dissemos que daqui a 20, 30 anos nós poderíamos virar deserto no Norte de Minas, pouca gente acreditava. E hoje nós estamos vendo que há mais de... Não sei nem quantos mil rios, que eram rios, mas hoje ninguém os conhece mais. O clima está aí. Então, na verdade, o CAA lutou por esse povo. E hoje, em nome desse povo, em nome dessa companheirada, a gente tem um orgulho que não vai morrer.

Nessa crise que nós vivemos, eu quero dizer para o pessoal, com todo respeito – não estou fazendo uma crítica, mas eu conserto –, aquele projeto que nós construímos, em 1988, foi rasgado agora, nesse final. Refiro-me a essa renovação da Constituição Federal. Todos os governos fizeram uma reforma de governo, mas a reforma de Estado quem fez foi só o Temer. Desculpe-me dizer isso. Ele não derramou sangue, mas derramou muito suor para poder construir aquele projeto. E hoje é muito pior, porque há muita tecnologia, mas a tecnologia ajuda, mas atrapalha também.

Por isso eu digo para você: se essa companheirada não se juntar com a juventude, aí fica difícil. Se você dividir a juventude com o pessoal mais antigo, o saber popular com o saber acadêmico, vai ficar difícil nós construirmos. Então nós temos que nos juntar, ir para a frente, lutar e conseguir segurar essa entidade. Além do CAA, de toda essa companheirada que nós temos, temos variedade.

Companheiros, eu vou encerrar a minha fala agradecendo muito à companheira deputada Leninha, que é uma filha da Casa, e a essa companheirada do Norte de Minas, que está aqui recebendo esse presente. Então não é o CAA que está representando, é o povo do Norte de Minas que está presente. Obrigado. Amém!

O locutor – Com a palavra, a deputada Leninha, representando o presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite.

Palavras da Presidenta

Primeiro, o presidente manda um abraço de afeto para todos e todas que estão aqui. Por motivo de outras agendas, ele não conseguiu presidir essa homenagem, mas mandou a sua mensagem. (– Lê:) “Espalhar solidariedade combinada com sustentabilidade, articulando para isso uma rede de conservação da agrobiodiversidade, tem sido a grande marca do CAA desde a sua criação, 35 anos atrás. Essa organização de agricultores familiares e agricultoras é constituída por representantes de povos e comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas, geraizeiros, catingueiros, veredeiros e vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas, um fato que aponta para a rica e diversa história de nosso estado e de nossa gente.

Ao longo de sua história, o CAA tem se notabilizado, além das ações de sustentabilidade, pela atenção dispensada à agroecologia e aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Cada um desses povos e dessas comunidades traz um jeito muito peculiar de ser e de estar no mundo, sendo reconhecidos como guardiões dos ecossistemas a que estão ligados, como a caatinga o cerrado e o semiárido.

Em sua trajetória, o CAA tem desenvolvido com sucesso estratégias e iniciativas para o crescimento e fortalecimento dessas comunidades e de suas agriculturas, considerando a recuperação, a conservação e o aproveitamento dos recursos naturais. Essa atuação inclui o apoio às organizações das comunidades dos povos tradicionais, com assessoria jurídica na defesa dos seus direitos, bem como contribuindo para a visibilidade de suas reivindicações.

Em outra frente, promove planos de manejo agroextrativistas, sempre considerando a preservação ambiental e as identidades e tradições culturais do campesinato na região.

Por todos esses motivos, a Assembleia de Minas Gerais reconhece o importante trabalho no Norte de Minas Gerais, no Brasil, do CAA, que carrega um legado de afeto ao povo e comunidades tradicionais em busca de uma agricultura familiar ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, humana e solidária. Muito obrigado.”

Apresentação Artística

O locutor – Assistiremos agora à declamação de uma poesia feita pelo Sr. Oscarino Aguiar Cordeiro, associado-fundador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Pedimos a todos, por gentileza, que aguardem em seus lugares para prestigiarem a apresentação do Sr. Oscarino.

O Sr. Oscarino Aguiar Cordeiro – Bom dia! Estou muito feliz e emocionado. Agradeço aos companheiros da coordenação por ter me trazido aqui. Na oportunidade da história do CAA, dos movimentos sociais, eu quero a presença da minha professora de poesia, Roseli, com quem aprendi a declamar os versos de frente ao público. Então eu preciso da presença dela aqui.

Nossa história, nossa luta!/ Norte de solo fértil/ de homem trabalhador/ que tem as mãos calejadas/ que faz o pão com amor/ vivendo ameaçado de perder a nossa cultura/ por causa do desenvolvimento/ tirando a gente da agricultura/ Salve o Norte de Minas/ salve a ecologia/ Viva a nossa esperança de ter mesa farta em todas as famílias/ Um grupo de companheiros ao ver essa situação/ juntou nossa liderança com força e união/ criando o CAA na esperança do nosso sertão/ pensando em nosso futuro, na nossa saúde e alimentação/ Sediado em Montes Claros no cerrado Norte-mineiro/ trabalhando o nosso idioma e também os catingueiros, homens e mulheres de luta/ que defendem a natureza/ levando autoestima, trazendo de volta a nossa beleza.

A presidenta – Obrigada, Oscarino.

Encerramento

A presidenta – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 22, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/4/2024

Às 14h19min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BMF) e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.191/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o pagamento da parte da pensão percebida pela Sra. Maria Aparecida Damasceno Amorim (Matrícula nº 112034012), viúva do 2º-SGT PM Odenir Francisco Ramos de Amorim (Matrícula nº 112.034-4), falecido em 25 de novembro de 2020, relativa à promoção *post-mortem* de seu marido e ainda não incorporada ao valor que vem sendo pago;

nº 8.199/2024, dos deputados Duarte Bechir, Caporezzo, Sargento Rodrigues e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao diretor da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito pedido de informações sobre o número de vistorias de veículos e de taxas recolhidas referentes a transferência de propriedade, alteração de dados, vistorias fixas e vistorias móveis, no ano de 2024, discriminados por município; e informações sobre os critérios que foram adotados na

distribuição de vistorias entre as empresas credenciadas por meio de sistema randômico, considerando-se a capacidade de atendimento dessas empresas e o porte dos veículos, por município, conforme estabelece o Decreto nº 48.703, de 2023;

nº 8.208/2024, dos deputados Caporezzo, Sargento Rodrigues e Adriano Alvarenga, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para apuração da conduta do comandante-geral da Polícia Militar, no âmbito criminal, conforme prevê o art. 325 do Código Penal, e em relação aos crimes de improbidade administrativa perpetrados durante a 17ª Reunião Extraordinária, em 16/4/2024, pelos ataques dirigidos aos deputados, especialmente a revelação de informações da ficha funcional do deputado Caporezzo, quando serviu por 12 anos à Polícia Militar, faltando assim com seu dever funcional de manter sigilo na posição de comandante da Instituição, violando, também, explicitamente, a Lei nº 13.709, de 14/8/2018.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. É ouvida a Sra. Natália Cazarini, presidente do Sindicato das Empresas de Vistoria de Identificação e Motores de Minas Gerais – Sindev-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/4/2024

Às 16h10min, comparecem à reunião a deputada Alê Portela e os deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.413/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.904/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja encaminhado ao superintendente de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as tratativas para regularização dos títulos de posse e propriedade dos imóveis localizados no Bairro São Bernardo, em Belo Horizonte, e sobre como proceder para a inclusão do bairro na Regularização Fundiária Urbana – Reurb –, se ainda não estiver incluído;

nº 7.905/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja encaminhado à subsecretária de Regulação Urbana da Secretaria Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte e ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre as tratativas para regularização dos títulos de posse e propriedade dos imóveis localizados no Bairro São Bernardo, em Belo Horizonte, e sobre como proceder para a inclusão do bairro na Regularização Fundiária Urbana – Reurb –, se não estiver incluído;

nº 7.906/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da regularização dos títulos de posse e propriedade do Bairro São Bernardo, em Belo Horizonte, bem como sobre a inclusão do referido bairro na Regularização Fundiária Urbana – Reurb;

nº 7.926/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Betânia Raquel Ferreira Coelho pelos reconhecidos serviços entregues ao Município de Caratinga, em diversas áreas sociais e educacionais, entre outras;

nº 7.927/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Suzana Gama da Costa Coelho pelos trabalhos desenvolvidos no Município de Caratinga, entre outros os desenvolvidos no Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente – Napoca;

nº 7.928/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria José de Andrade Coelho, pelos relevantes serviços entregues à cidade de Caratinga, em várias áreas públicas e sociais, sendo fundadora do Asilo Pastor Geraldo Sales – Recanto dos Idosos;

nº 7.929/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Vânia Gonçalves Oliveira Calais pelos relevantes serviços prestados ao Município de Ipatinga;

nº 7.930/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Rosário de Oliveira Silva pelos reconhecidos trabalhos entregues ao Município de Coronel Fabriciano, nas áreas públicas e sociais;

nº 8.064/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações consubstanciadas em cópia do processo licitatório deflagrado para a contratação de serviços relacionados à cobrança de IPTU, contemplando as fases: preparatória, de divulgação do edital, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação;

nº 8.079/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a regularização da malha viária da Rodovia BR-367, no trecho próximo ao Município de Jequitinhonha, que se encontra em condições precárias para o tráfego automobilístico;

nº 8.181/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Estação São Gabriel para conhecer as condições do local e de prestação do serviço municipal, em especial dos veículos da Linha 815, que se envolveram em três acidentes com vítimas em curto período de tempo;

nº 8.186/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Guaraniópolis pedido de providências para proceder à licitação e efetivação da aquisição da ambulância tipo A simples remoção, através de recurso no montante de R\$ 241.316,00 já disponibilizado em conta bancária no Banco do Brasil, creditado em 14/2/2024, à disposição da prefeitura, oriundo da Indicação nº 130184, Resolução nº 9.222, da Secretaria de Estado de Saúde, bem como para encaminhar à comissão o andamento desse processo;

nº 8.192/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater, a pedido dos movimentos populares e sindicais de Minas Gerais, a organização, o funcionamento e os objetivos do “Plebiscito Popular em Defesas das Estatais de Minas Gerais”, que ocorrerá no período de 19 de abril a 1º de maio de 2024 em todo o Estado;

nº 8.197/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para designação de juiz substituto ou titular para a comarca de Espinosa, considerando-se que o fórum foi inaugurado na localidade há mais de um ano e, estando sem magistrado responsável, já acumula cerca de 15 mil processos que aguardam julgamento e resolução;

nº 8.207/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Jarbas Soares Júnior por ter sido eleito presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Leleco Pimentel, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/4/2024

Às 16h11min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Lohanna, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Professor Cleiton e Betão (substituindo a deputada Macaé Evaristo, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – a importância do acatamento por meio de tombamento em nível estadual da Pedra Grande, em Itatiaiuçu; da Serra dos Pires, em Congonhas; da Serra de São José, em Tiradentes; e do conjunto de serras de Piumhi. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nºs 8.147 a 8.151, 8.153 e 8.158/2024. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o seguinte requerimento:

nº 8.200/2024, de autoria da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com Paulo Sérgio Lacerda Beirão pela posse na Cadeira nº 34 da Academia Mineira de Letras, após ser eleito em 11 de março de 2024.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Helena Maria França Alves, arquiteta da Gerência de Projetos e Obras do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, representando a presidente; Carmen Lúcia Arantes Costa, ativista do movimento Amigos do Araras e Belinha; Alenice Motta Baeta, arqueóloga, historiadora e associada do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes; Sandra Nunes Braga, presidente do Conselho Municipal de Cultura de Igarapé; e dos Srs. Tiago Henrique Rezende Fonseca, professor de espanhol e português; Rafael Webert Souza Ferreira, vereador da Câmara Municipal de Igarapé; Igor Messias da Silva, coordenador técnico do movimento Amigos do Araras e Belinha; Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro, diretor de Patrimônio Histórico do Município de Congonhas, representando o secretário municipal de Planejamento e Gestão; Luiz Antônio da Cruz, doutor e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG; Sérvulo Matias Filho, secretário municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Tiradentes, representando o prefeito; José Roberto Pereira Cândido, membro da Comissão de Atingidos pela ArcelorMittal no Município de Itatiaiuçu; e André Candreva, sócio-fundador e atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.631, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/4/2024

Às 9h8min, comparecem à reunião os deputados Tito Torres, Cassio Soares, João Magalhães e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Ana Paula Siqueira. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa e que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas do deputado Tito Torres para presidente e Cássio Soares para vice-presidente. Submetidas as candidaturas à votação, cada uma por sua vez, são eleitos por unanimidade o deputado Tito Torres para presidente e Cássio Soares para vice-presidente. O presidente *ad hoc* declara

empossado o presidente eleito, para quem passa a direção dos trabalhos. O presidente eleito empossa o vice-presidente eleito. Foi designado para relator o deputado Cássio Soares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros para reunião extraordinária a ser realizada hoje, 22/4/2024, às 15h15min, para apreciar o Parecer sobre o Veto nº 6/2023, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Tito Torres, presidente – Bella Gonçalves – João Magalhães – Cássio Soares.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.628, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/4/2024

Às 9h15min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Gil Pereira, João Magalhães e Cassio Soares, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado *ad hoc* João Magalhães, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nessa sessão legislativa e que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas do deputado Gil Pereira para presidente e João Magalhães para vice-presidente. Submetidas as candidaturas à votação, cada uma por sua vez, são eleitos por unanimidade o deputado Gil Pereira para presidente e João Magalhães para vice-presidente. O presidente *ad hoc* declara empossado o presidente eleito, para quem passa a direção dos trabalhos. O presidente eleito empossa o vice-presidente eleito. Foi designado relator o deputado Cássio Soares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros para reunião extraordinária a ser realizada hoje, 22/4/2024, às 15h30min, para apreciar o parecer do Veto nº 9/2024, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Gil Pereira, presidente – Cássio Soares – João Magalhães – Ana Paula Siqueira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/4/2024, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 398/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à chefe adjunta da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência de projeto aprovado para a construção da nova sede da delegacia de Itaúna e, em caso negativo, sobre a previsão para a aprovação; sobre a existência de planejamento para a recomposição do quadro de escrivães de polícia em Itaúna; e sobre a viabilidade de instalação de uma delegacia regional no município, tendo em vista que, atualmente, a delegacia de Itaúna também atende ao Município de Itatiaiuçu e conta com apenas três escrivães, sendo

insuficiente também o número de investigadores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 865/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as seguintes questões, afetas à Cemig: quantas multas foram aplicadas à companhia nos anos de 2021 e 2022; qual o valor total das multas aplicadas à companhia nos anos de 2021 e 2022; quais foram as 20 unidades da companhia que receberam o maior número de multas em 2021 e em 2022; quais foram os 20 municípios de Minas Gerais que tiveram mais casos de interrupção de fornecimento em 2021 e 2022; quais foram os 20 períodos e locais de maior interrupção de fornecimento em 2021 e 2022; e quais foram os 20 municípios de Minas Gerais que tiveram mais reclamações de consumidores em 2021 e 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 974/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os processos de habilitação de novos serviços do SUS no Estado, especificando quais estão aguardando aprovação da secretaria de que é titular, e sobre os processos que já estão na fase de aprovação pelo Ministério da Saúde, detalhando-se quais serviços foram pleiteados e o nível de complexidade (baixa, média ou alta). A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.172/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pela secretaria de que é titular para fomento dos canais de denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que ainda não existe campanha permanente para enfrentamento desse tipo de violência no Estado, e para capacitação da rede de proteção da criança e do adolescente na utilização das ferramentas existentes para denúncia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.627/2023, do deputado Dr. Maurício, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a estimativa do impacto orçamentário-financeiro que a inclusão das pessoas com visão monocular entre os destinatários dos benefícios de IPVA e ICMS, previstos na legislação para as pessoas com deficiência, pode gerar nas contas públicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.775/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações a respeito dos prazos para implantação e funcionamento das Empresas Credenciadas de Vistoria – ECV – regulamentadas pela Portaria da Polícia Civil nº 1.935, de dezembro de 2022, tendo em vista que as atividades do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – e todas as competências relacionadas aos serviços estaduais de trânsito foram transferidas para essa secretaria, a partir da sanção da Lei nº 24.313, de 2023, estabelecendo a organização e as atribuições da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET-MG –, especificando a data do início do projeto-piloto (vistoria-teste) das ECVs e as cidades que serão contempladas; a data prevista ou prazo estimado para publicação da portaria definitiva e início das atividades; o valor pretendido do repasse das vistorias realizadas e o prazo de pagamento às ECVs, ressaltando-se que tais esclarecimentos são de extrema necessidade e urgência, pois muitas empresas têm as estruturas já feitas para a implantação e estão paradas, causando prejuízos aos empresários que confiaram nas instruções da referida portaria e agora estão com seus negócios parados e suportando o ônus de despesas sem retorno. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.887/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à superintendente Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana pedido de informações relativas às licenças concedidas nos últimos dois anos a empreendedoras da mineração que atuam nos territórios dos Municípios de Ouro Preto e Itabirito. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.220/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o déficit atual de servidores da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

– Fhemig –, discriminado-se essa informação por categoria e por unidade da referida fundação, bem como sobre a época em que foi realizado o último levantamento funcional de ocupação de vagas preenchidas e ociosas, em especial nas unidades do interior do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.705/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Social e ao secretário de Justiça e Segurança Pública pedido de informações detalhadas sobre o Acordo de Cooperação Técnica nº 90/2020, celebrado entre a União, representada à época pelo Ministério da Cidadania, e o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, a saber, as proposições e os objetivos do plano de trabalho desse acordo, o andamento de sua execução e as razões para o não cumprimento das atividades propostas, se for o caso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.719/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das ações desenvolvidas em atenção à população refugiada, migrante, apátrida e retornada do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.956/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as alterações na base de cálculo da tarifa de energia elétrica nos últimos cinco anos, considerando o que era custo fixo e passou a ser custo variável ou investimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.068/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre o processo de contratação de obras a serem realizadas na Estância Hidromineral Águas Santas, no Município de Tiradentes, aberto em março de 2023, após sucessivas falhas na licitação, como informado pelo Ofício Codemge/Pres nº 70/2023, informando ainda o estágio atual do processo, bem como se já foi realizada a contratação e a previsão de início do empreendimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.617/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações consubstanciadas em cronograma detalhado do concurso público para provimento do cargo de policial penal, regido pelo Edital Sejusp nº 2, de 17 agosto de 2021, especificando a data de homologação do certame e de nomeação dos candidatos aprovados, bem como da respectiva posse; e, caso a posse não ocorra em ato único, requer ainda o envio do cronograma por turma ou região ou conforme o critério a ser utilizado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.805/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre as causas que ocasionaram a interrupção do fornecimento de água potável em diversos bairros dos Municípios de Belo Horizonte, Esmeraldas, Igarapé, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, dentre outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como as ações e medidas que foram ou estão sendo implementadas com vistas a estabilizar a situação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.472/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos valores que não foram repassados pela Fazenda estadual para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM – referentes à contribuição patronal nos anos 2020 a 2023, com base na Lei nº 10.366, de 1990, discriminando-se por ano e apresentando-se o valor total da dívida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.766/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações acerca do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres de Patos de Minas, especificando-se as razões que poderiam levar ao encerramento das atividades do centro; os esforços empreendidos para a continuidade de suas operações; as possíveis alternativas consideradas para manter a infraestrutura funcionando e garantir a continuidade do trabalho crucial que desempenha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.906/2024, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições da Rodovia MG-354, especificando-se a avaliação atual por parte desse departamento sobre o estado da rodovia em termos de segurança e condições de trafegabilidade; os planos e cronogramas para a realização de obras de manutenção e recuperação dessa rodovia; a existência de medidas emergenciais implementadas para minimizar os riscos de acidentes enquanto as obras não são concluídas; a previsão para início e término de obras de reparo; e como o DER-MG pretende garantir a segurança dos usuários durante o período de obras e após sua conclusão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.911/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a utilização do Mineirinho durante as obras e intervenções no decorrer do evento de corrida automobilística da modalidade Stock Car, prevista para ocorrer no mês de agosto em Belo Horizonte, esclarecendo se há previsão de supressão de árvores da área de estacionamento e entorno e se a área será utilizada para algum fim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.974/2024, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência e o inteiro teor de parecer técnico de lavra da empresa que trate da viabilidade técnica de acesso ou conexão da carga de energia elétrica eventualmente gerada no projeto da usina fotovoltaica da PCH Cajuru, nos Municípios de Cajuru, Cláudio e Divinópolis, à rede plena do Sistema Interligado Nacional – SIN. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Votação, em turno único, do Veto nº 10/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.638, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2024-2027. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.631, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 180, que regulamenta o § 19 do art. 36 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a imunidade tributária em razão de doença incapacitante, no âmbito do regime próprio de previdência social, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado João Magalhães opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 9/2024 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.628, que amplia a área da Estação Ecológica de Fechos, criada pelo Decreto nº 36.073, de 27 de setembro de 1994. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 11/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.639, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Tito Torres opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.127/2024, do governador do Estado; 3.105/2021, do deputado João Vítor Xavier; 3.709/2022, da deputada Andréia de Jesus; 3.896/2022, do deputado Tito Torres; 4.102/2022, da deputada Andréia de Jesus; 276/2023, da deputada Maria Clara Marra; 601/2023, do deputado Fábio Avelar; 873/2023, da deputada Chiara Biondini; 996/2023, do deputado Lucas Lasmar; 1.132/2023, do deputado Ricardo Campos; 1.395/2023, do deputado Lucas Lasmar; 1.476/2023, da deputada Maria Clara Marra; 1.506/2023, do deputado Ulysses Gomes; 1.540/2023, do deputado Adriano Alvarenga; 1.661/2023, da deputada Ione Pinheiro; 1.681/2023, do deputado Adriano Alvarenga; 1.752/2023, do deputado Lucas Lasmar; 2.148/2024, do deputado Zé Guilherme; 2.150/2024, do deputado Coronel Henrique; 2.159/2024, da deputada Lud Falcão; 2.238 e 2.239/2024, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.047/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.120/2023, do deputado Doutor Paulo; 1.276/2023, do deputado Bruno Engler; 1.775/2023, da deputada Chiara Biondini; 1.839/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier; 1.967/2024, do deputado Tadeu Martins Leite; 1.997/2024, do deputado Ricardo Campos; 2.041/2024, da deputada Leninha; 2.051/2024, do deputado Celinho Sintrocel; 2.058/2024, da deputada Alê Portela; 2.059/2024, do deputado Grego da Fundação; 2.075/2024, do deputado Sargento Rodrigues; 2.094, 2.096, 2.097 e 2.109/2024, do deputado Cristiano Silveira; 2.110/2024, do deputado Betinho Pinto Coelho; 2.111/2024, do deputado Betão; 2.118/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 2.170/2024, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.277/2023, do deputado Eduardo Azevedo.

Requerimento nº 5.896/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.684/2022, do deputado Charles Santos.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.076/2019, do deputado Bruno Engler.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.477/2024, do deputado Raul Belém; 6.478/2024, do deputado Coronel Henrique; e 6.518/2024, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as demandas do sistema socioeducativo, entre as quais a adoção exclusiva do formato de cogestão em determinadas unidades socioeducativas do Estado; o exercício do poder de polícia pelo setor privado; a transferência ou a remoção de agentes de segurança socioeducativos; a ocorrência de fugas e outros incidentes; a precarização da estrutura de pessoal do sistema, como, por exemplo, a previsão de cláusula de barreira no Edital nº 1/22; e a morosidade do concurso público vigente, num contexto em que o déficit de efetivo já alcança o patamar de 1.337 servidores.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 434/2023, do deputado Charles Santos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.242/2023, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 875/2023, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.220/2023, do deputado Tito Torres; e 1.807/2023, do deputado Professor Cleiton.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.173/2023, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.718/2022, do deputado Celinho Sintrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/4/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.038/2023, do deputado Professor Cleiton.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.862/2015, do deputado Elismar Prado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.165/2021, do deputado Zé Guilherme.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 17 horas do dia 23 de abril de 2024, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos nºs 6/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.631, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, e dá outras providências; 8/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 180, que regulamenta o § 19 do art. 36 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a imunidade tributária em razão de doença incapacitante, no âmbito do regime próprio de previdência social, e dá outras providências; 9/2024 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.628, que amplia a área da Estação Ecológica de Fechos, criada pelo Decreto nº 36.073, de 27 de setembro de 1994; 10/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.638, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2024-2027; e 11/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.639, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de abril de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.684/2022, do deputado Charles Santos; de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.076/2019, do deputado Bruno Engler; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.477/2024, do deputado Raul Belém, 6.478/2024, do deputado Coronel Henrique, e 6.518/2024, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em

audiência pública, debater os impactos do Projeto de Lei nº 2.238/2024, de autoria do governador do Estado, que dispõe sobre a prestação de assistência à saúde pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e dá outras providências.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Leonídio Bouças, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O VETO Nº 6/2023, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.631

Comissão Especial

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 25.631, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 110/2023, publicada no *Diário do Legislativo* de 21/3/2024.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi distribuída a esta comissão especial para dela receber parecer, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, inciso II, do Regimento Interno.

Fundamentação

Os arts. 3º a 5º, vetados da Proposição de Lei nº 25.631, tratam da criação e da gestão do Corredor Ecológico Moeda-Arêdes, proposto para fortalecer a conexão ecológica entre as unidades de conservação Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda e a Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito.

Nas Razões do Veto, o governador informa ter ouvido a Secretaria de Estado de Governo – Segov –, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e o Instituto Estadual de Florestas – IEF – sobre a matéria e concluído por sua contrariedade ao interesse público. Conforme ressaltou:

“(…) ainda que louvável a intenção de se instituir o corredor ecológico Moeda- -Arêdes, no Município de Itabirito, há que se levar em conta que a Constituição da República aponta na direção de um desenvolvimento econômico e social responsável, no qual se devem subsistir e conviver harmonicamente as políticas públicas com enfoque social, ambiental e econômico.

Dessa forma, é necessário mensurar o risco de esvaziamento econômico da área e os prejuízos socioeconômicos para população, e levar em conta a insegurança jurídica decorrente da instituição do referido corredor ecológico em áreas antropizadas por atividades, regulares e licenciadas.

Sob essa lógica, em uma sociedade dinâmica e plural, o legislador deve prezar pela coexistência de direitos igualmente tuteláveis como o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a livre iniciativa, a segurança jurídica e o ato jurídico perfeito.”.

Quanto ao mérito dos dispositivos vetados, lembramos que a efetividade da proteção ambiental proporcionada pela Estação Ecológica – EE – de Arêdes e pelo Monumento Natural Estadual – MNE – da Serra da Moeda foi objeto de intenso debate pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa no ano de 2023. O órgão realizou audiências públicas em 13/7 e 19/10, com objetivo de discutir a efetiva preservação da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, além de visitas técnicas às unidades de conservação – UCs –, em 10/8 e 16/10. Nessas ocasiões, a formalização do referido corredor ecológico foi considerada crucial para assegurar a proteção da biodiversidade e a conservação dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Na audiência de 19/10, inclusive, a comissão teve acesso à apresentação do IEF com ilustrações sobre os limites do corredor ecológico já em discussão no instituto.

Tais atividades desencadearam uma série de requerimentos com pedidos de providências e informações dirigidos à Semad e ao IEF ligados à matéria. Na resposta ao RQN nº 4.500/2023, datada de 8/1/2024, o IEF informou que a criação e a implementação do Corredor Ecológico Moeda-Arêdes são obrigações impostas à mineradora Gerdau em acordo judicial firmado entre a empresa e o Ministério Público de Minas Gerais, no qual o instituto atua apenas como interveniente, responsabilizando-se por analisar a proposta formulada. Relatou que foram realizadas reuniões técnicas e visitas, com a participação de equipes do IEF e da Gerdau Açominas S/A, e que já foram apresentados, pela empresa, estudos detalhados e proposta de limites. No entanto, salientou que a efetiva instituição do corredor ecológico ainda dependeria da realização de reunião pública, com a participação dos proprietários afetados e da comunidade local, na qual a proposta do corredor ecológico será tornada pública e poderá ensejar a revisão dos limites propostos e mobilizar os atores interessados/afetados. Por fim, afirmou que “aguarda retorno de informações da Gerdau sobre a reunião pública, para dar continuidade ao processo de reconhecimento do Corredor Ecológico Moeda-Arêdes”.

Tais informações sugerem que a instituição do referido corredor ecológico ocorrerá independentemente da manutenção do veto à Proposição de Lei nº 25.631, a despeito dos possíveis prejuízos socioeconômicos aventados pelo governador. Nesse contexto, considerando ainda que as áreas que virão a ser abrangidas pelo corredor ecológico já estão submetidas a regimento especial por comporem as zonas de amortecimento das duas UCs envolvidas, parece-nos dispensável manter a previsão do corredor ecológico em lei, motivo pelo qual opinamos pela manutenção do veto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.631.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Tito Torres, presidente – Cássio Soares, relator – João Magalhães – Bella Gonçalves (voto contrário) – Roberto Andrade.

PARECER SOBRE O VETO Nº 9/2024, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.628

Comissão Especial

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto total à Proposição de Lei nº 25.628, que expande a área da Estação Ecológica de Fechos, criada pelo Decreto 36.073, de 27 de junho de 1994, e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 114/2024, publicada no *Diário do Legislativo* de 21/3/2024.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi distribuída a esta comissão especial para dela receber parecer, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, inciso II, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 96, de 2019, que deu origem à Proposição de Lei nº 25.628, foi aprovado na forma pretendida por sua autora, deputada Ana Paula Siqueira, acrescentando 222,12 hectares, em gleba única, à Estação Ecológica – EE – de Fechos. A proposição foi vetada integralmente por alegada contrariedade ao interesse público, em função de potenciais prejuízos fiscais, econômicos e sociais que imporia ao Estado.

Nas Razões do Veto, publicadas no *Diário do Executivo* de 13/1/2024, o governador informou ter ouvido sobre a matéria as Secretarias de Estado de Governo – Segov –, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e de Desenvolvimento Econômico – Sede –, além do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Conforme ressaltou:

“(…) a ampliação dos limites da Estação Ecológica de Fechos – da forma pretendida pela proposição ora vetada – avançaria sobre área de grande potencial socioeconômico, sendo necessário que seja avaliado o risco de esvaziamento econômico e os consequentes prejuízos sociais para a população, uma vez que se trata de área com potencial de lavra de 7 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Outrossim, (...) inviabilizaria a criação de cerca de mil empregos diretos e indiretos, com estimativa salarial superior a 60 milhões de reais anuais, e o consequente crescimento exponencial da região, o que além de garantir a subsistência das famílias, privilegia, em última instância, a cadeia produtiva local.

Ademais, considerando o valor médio da tonelada do minério de ferro ao longo dos últimos doze meses, há que se considerar o impacto arrecadatário negativo que a ampliação na forma proposta geraria, uma vez que os tributos incidentes sobre a exploração da jazida ultrapassariam 500 milhões de reais anuais, possibilitando a alocação de recursos em políticas públicas e o investimento em serviços públicos nas regiões do Estado”.

Na mesma mensagem, o chefe do Poder Executivo reiterou que o veto não implica alteração ou redução da área original da unidade de conservação – UC –, estabelecida pelo Decreto nº 36.073, de 1994, nem impede posterior ampliação dos limites da EE de Fechos por decreto. Mais que isso, argumentou que “a ampliação da área da estação em comento, realizada de forma diversa à pretendida pela proposição de lei, possibilitará o aproveitamento do potencial econômico da área ao mesmo tempo em que ampliará a proteção ambiental local, notadamente com relação aos mananciais de água”.

Assim, na mesma edição do *Diário do Executivo*, publicou o Decreto nº 48.760, que ampliou a área da EE de Fechos em 269,5 hectares, divididos em seis glebas. A ação encontraria respaldo no § 7º no art. 44 da Lei nº 20.922, de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, que postula que “A ampliação de uma Unidade de Conservação pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos aos procedimentos de consulta estabelecidos nos §§ 2º e 3º, vedada a modificação dos limites originais da unidade, exceto pelo acréscimo proposto”.

Cabe registrar que essa conformação da ampliação da UC já havia sido sugerida a esta Casa pelo Poder Executivo em junho de 2022, em resposta a pedido de diligência formulado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A proposta foi referendada por tal comissão em 14/12/2023, por meio de substitutivo ao parecer sobre emenda apresentada em Plenário em 2º turno, mas não foi aprovada pelo Plenário da Casa.

Assim, considerando o novo cenário jurídico imposto pelo Decreto nº 48.760, de 2024, a manifestação positiva da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre tal forma de ampliação da UC e a possibilidade de comprometimento fiscal, econômico e social do Estado aventada pelo governador, opinamos pela manutenção do veto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Total à Proposição de Lei nº 25.628.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Gil Pereira, presidente – Cássio Soares, relator – João Magalhães – Ana Paula Siqueira (voto contrário).

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.963/2024**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Anjos de Cãopitólio, com sede no Município de Capitólio, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.963/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Anjos de Cãopitólio, com sede no Município de Capitólio.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar assistência aos animais em situação de abandono; trabalhar pelo cumprimento da legislação que trata dos seus direitos e pune os maus-tratos contra eles; apoiar projetos voltados à proteção animal, visando coibir toda forma de crueldade contra eles; e cobrar do poder público medidas que proporcionem abrigo, alimentação e saúde aos animais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela organização em prol da causa animal de Capitólio, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.963/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2024.

Bella Gonçalves, relatora.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/4/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Lívia Graciele da Silva Ribeiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Renata Cristina Batista Inácio, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Sheila Aparecida Pedrosa de Mello, Matrícula nº 26.164, no período de 19 de abril a 3 de maio de 2024.

Palácio da Inconfidência, 22 de abril de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 9/2024****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 28/2024**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/5/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa de opinião pública em abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.